

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2022, n.º 33, de 22 de agosto de 2007.

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2008
(do Sr. Gustavo Fruet)**

Solicita seja convocado o Procurador da República Roberto Diana, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre investigações acerca de possíveis vazamentos de dados obtidos por meio de interceptações telefônicas no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para seja convocado o Procurador da República Roberto Diana, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre investigações acerca de possíveis vazamentos de dados obtidos por meio de interceptações telefônicas no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação ora requerida se justifica pela necessidade de a Comissão Parlamentar de Inquérito tomar conhecimento dos procedimentos levados a cabo pelo Departamento de Polícia Federal, sob fiscalização do Ministério Público Federal, no sentido de apurar, combater e punir a divulgação irregular de dados obtidos por meio de interceptações telefônicas desenvolvidas por agentes da Polícia Federal no cumprimento de suas funções – os chamados “vazamentos de dados”.

Tal questão se põe diretamente no âmbito de investigação da CPI e se apresenta como especialmente relevante no quadro atual, no qual os dados relacionados com escutas efetuadas pela PF têm sido sonegados à Câmara dos Deputados, enquanto são amplamente divulgados pela imprensa.

Quanto a essa discussão, o *site* da Revista *Época* publicou, em 5 de novembro de 2008, a seguinte matéria:

“PF faz busca e apreensão em apartamento do delegado Protógenes
O policiais buscaram documentos e outras provas relacionadas ao vazamento de informações da Operação Satiagraha. Dois telefones celulares usados por Protógenes foram levados pelos agentes.

rodrigo rangel

INVERSÃO

De investigador, Protógenes passou a alvo da Polícia Federal. De investigador, o delegado Protógenes Queiroz passou a alvo da instituição de que faz parte, a Polícia Federal. Nas primeiras horas desta quarta-feira (5), agentes da PF entraram no apartamento do delegado, em Brasília, para cumprir um mandado de busca e apreensão. Estavam atrás de documentos e outras provas que possam interessar ao inquérito que investiga o vazamento de informações da Operação Satiagraha, que investigou o banqueiro Daniel Dantas. Protógenes foi o responsável pela Satiagraha. Acabou afastado, logo após a prisão de Dantas, pela direção da PF.

Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo juiz titular da 7ª Vara Federal de São Paulo, Ali Mazloum. É lá que corre, sob sigilo, o inquérito. De acordo com informações preliminares, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em endereços de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Até os dois telefones celulares usados por Protógenes foram levados pelos agentes.

A PF encaminhou os pedidos à Justiça há cerca de duas semanas. O procurador da República encarregado de acompanhar a investigação, Roberto Diana, emitiu parecer contrário à maior parte das ações requeridas pela polícia. Mas o juiz Mazloum decidiu conceder os mandados. Oficialmente, a PF confirma apenas que policiais da corregedoria da instituição, em São Paulo, cumpriram mandados de busca e apreensão em "endereços de policiais", como parte da investigação sobre vazamento de informações da Satiagraha.

Deflagrada em 8 de julho passado, a Operação prendeu o banqueiro Daniel Dantas, o ex-prefeito paulistano Celso Pitta e o investidor Naji Nahas, acusados de corrupção e lavagem de dinheiro. Dantas acabou solto por ordem do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. Protógenes, ao ser afastado do caso, saiu contrariado. Manifestou o desejo de voltar a presidir a investigação. A *ÉPOCA*, o delegado chegou a declarar que, no inquérito, também mantido sob segredo de justiça, guarda informações capazes de desestabilizar a República.

Por outro lado, o jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 6 de novembro de 2008, publicou matéria sob o título: “PF faz busca em endereços do delegado Protógenes. Computador, rádio e celular do mentor da Operação

Satiagraha foram apreendidos. Queiroz é investigado por suspeita de ter feito grampos ilegais". Diz a notícia:

"Mentor da Operação Satiagraha, missão federal que investiga o banqueiro Daniel Dantas em suposto esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e fraudes fiscais, o delegado Protógenes Queiroz tornou-se ontem alvo da Polícia Federal, corporação que integra há quase dez anos. Pouco depois das 5 horas da manhã, ele foi abruptamente despertado por uma equipe de agentes e delegados federais, munidos de mandado de busca e apreensão expedido pelo juiz Ali Mazloun, da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

Os policiais vasculharam o apartamento 2508, no 25º andar do Shelton Hotel, no centro da capital - endereço que Protógenes, que reside em Brasília, ocupa quando se desloca para São Paulo. Ele chegou à capital paulista na noite de terça-feira para ministrar uma palestra sobre corrupção para alunos da PUC-SP.

Os federais levaram o notebook do delegado - que prendeu Dantas no dia 9 de julho, na polêmica Operação Satiagraha. Também foram recolhidos o rádio e o celular de Protógenes. A ele não foi exibida a ordem judicial. "Em toda minha vida profissional, nunca havia sido submetido a tamanha humilhação e constrangimento", reagiu.

Protógenes atribui a ação policial a Dantas e suas influências. "Não tenho dúvidas e isso mais tarde vai ser revelado", disse o delegado, que qualificou de "trama" a busca no apartamento em que se hospeda. Para ele, a ação está relacionada ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do mérito dos habeas corpus que libertaram Dantas da prisão. O julgamento está marcado para hoje. Protógenes, no entanto, acredita que algum ministro vá pedir vista e adiar a decisão.

E insistiu na tese de que é alvo de uma armação. "Os próprios fatos dizem. Isso ocorre mais uma vez para desfocar o trabalho principal da PF. O alvo principal é Daniel Dantas, que está sendo inclusive processado criminalmente por corrupção. Não tenho dúvidas de que ele será condenado à altura do que a sociedade merece. Lugar de bandido é na cadeia", declarou.

Referindo-se ao banqueiro, foi enfático: "A ditadura da corrupção implantada no País vai acabar. No País não tem mais analfabeto. Pode ter analfabeto de letras, de assinar o nome; agora, analfabeto político, de saber o que é certo e o que é errado, não existe mais. Vai chegar o momento em que a população vai cobrar a punição para esses criminosos, a segregação para esses criminosos."

"O que mais me deixa indignado é que, a pretexto de apreender coisas na casa do Protógenes, tiveram um intuito maior, o de ferir uma organização familiar estruturada, que sofreu muito", acrescentou, citando o trauma sofrido por seu filho de sete anos, Juan, que se submete a tratamento psicopedagógico. "Eu consigo superar todas as adversidades. Nada me abate. Não vou recuar." Ele supõe, no entanto, que essa investigação coberta de sigilo visa a "criar provas para o bandido".

AÇÃO COORDENADA

Outras equipes da PF, simultaneamente, fizeram blitzes em outros dois endereços de Protógenes, em Brasília e no Rio - onde mora seu filho Felipe, de 22 anos. Também nesses locais foram recolhidos pertences e equipamentos do delegado, alvo de inquérito que investiga vazamento de informações sigilosas da Operação Satiagraha.

O inquérito, presidido pelo delegado Amaro Vieira Ferreira, da Delegacia de Polícia Fazendária da PF em São Paulo, apura ainda suspeita de grampos ilegais. Além de Protógenes, são investigados agentes de sua equipe, que também sofreram busca e apreensão por ordem judicial.

A devassa nos endereços de Protógenes foi requisitada formalmente pela PF, mas o procurador da República Roberto Diana manifestou-se contra a inspeção e a apreensão de seus bens.

Ontem, o delegado protestou contra o que chamou de "falta de critério" para as apreensões, que incluíram fotos, arquivos da palestra e até a monografia do Curso Superior de Polícia, sobre inquérito policial, que terá de apresentar até o dia 18.

No fim da tarde, revoltado, Protógenes declarou ser vítima de uma retaliação da própria instituição por ter, no auge da Satiagraha, denunciado à Procuradoria da República suposto boicote de superiores às investigações. O delegado acabou afastado da condução do inquérito Satiagraha e ficou marginalizado na instituição. Com base na denúncia de Protógenes, o procurador Roberto Diana abriu procedimento para apurar a conduta da cúpula da PF."

Desse modo, ante a magnitude dessa investigação da Polícia Federal e tendo em vista o procedimento acima mencionado, sob a condução do Procurador Roberto Diana, faz-se necessária sua oitiva, para que sejam esclarecidos a esta Comissão importantes aspectos da divulgação irregular de dados obtidos em interceptações telefônicas.

Sala da Comissão, de novembro de 2008.

Deputado GUSTAVO FRUET